



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638866 - DF (2021/0003281-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PAULO HENRIQUE ARAUJO BARROS
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE ARAUJO BARROS - DF056100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : ALEXANDRE COELHO DE ALMADA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE COELHO DE ALMADA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC n. 0746094-95.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre pena em regime semiaberto.

O impetrante sustenta que o paciente encontra-se cumprindo a sanção em regime mais grave pois, embora já esteja cumprindo pena em modo semiaberto, encontra-se na Cadeia Pública de Águas Lindas (GO), estabelecimento equiparado ao regime fechado.

Alega que "As penas foram unificadas, e a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e Territórios, requereu o recambiamento definitivo do paciente para o Distrito Federal, por três vezes, no entanto até o presente momento isso não aconteceu" (fl. 4).

Assevera que o reeducando reside atualmente na cidade de Águas Lindas, local onde pretende cumprir o restante da reprimenda, contudo, até o momento, não foi feita a remessa pela Vara de Execução Penal do Distrito Federal do processo de execução penal do paciente para a comarca onde se encontra recolhido, o que evidencia a ocorrência do excesso de prazo, visto que não pode gozar de regime mais brando, por estar pendente o recambiamento para o Distrito Federal.

Requer, liminarmente, que seja determinada a remessa do processo de execução penal para a Comarca de Águas Lindas ou, subsidiariamente, que seja expedido o alvará de soltura com prazo de cinco dias para que o apenado apresente-se

perante à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, principalmente acerca do recambiamento do paciente, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente